



DE SINAL A SIGNO: A “PALAVRA” (DISCURSO) EM BAKHTIN

Vinícius Durval Dorne PG, Letras, Uem, dorne.vinicius@gmail.com

A palavra nativa é percebida como um irmão, como uma roupa familiar, ou melhor, como a atmosfera na qual habitualmente se vive e se respira. Ela não apresenta nenhum mistério. Só pode apresentar algum, na boca de um estrangeiro, duplamente estrangeiro por sua posição hierárquica e se trata, por exemplo, de um chefe ou de um sacerdote; mas, nesse, a palavra muda de natureza, transforma-se exteriormente ou desprende-se de seu uso cotidiano (torna-se tabu na vida ordinária ou então arcaíza-se) – isto se a palavra em questão já não for, desde a origem, uma palavra estrangeira na boca de algum chefe-conquistador (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1992, p.101)

Trabalhar com o conceito de “palavra” (discurso) em Bakhtin, sem esbarrar nas questões inerentes à “língua”, “fala” e “enunciação”, torna-se uma atividade não profícua, uma vez que a palavra está intimamente ligada a tais conceitos. Em decorrência disso, o presente artigo, ainda que delimitado pelo conceito “palavra”, acaba por, também, ser atravessado por questões inerentes à linguagem.

Primeiramente, ainda, cabe ressaltar as possibilidades de tradução do vocábulo “palavra” do russo, língua em que os textos do Círculo de Bakhtin foram escritos, para o português, conforme Paulo Rogério Stella (2005) em “Palavra”. Para o autor, o vocábulo sofre dificuldade de conceitualização por dois motivos: problemas de tradução e por estar disperso e construído ao decorrer da obra de Bakhtin. Stella (2005) explica que, em decorrência dos textos serem traduzidos numa ordem diversa da produção do Círculo, determinados termos diferem de um livro para o outro, seja pelas escolhas do tradutor ou pelo público para o qual a publicação se dirige. Quanto ao outro motivo, ressalta que os conceitos são continuamente construídos durante as obras, num processo evolutivo em que são retomados e revalidados com o intuito de refinar a teoria. Dessa forma, segundo Stella (2005), o vocábulo “palavra” possui duplo significado em russo: pode ser empregado tanto como correspondente direto do termo “palavra” no português, como do termo “discurso”.

Dada a explicação sobre o vocábulo “palavra”, levanta-se às discussões iniciais que repousam sobre a linguagem e, conseqüentemente, à língua. Em “Marxismo e filosofia da linguagem” (1992), Bakhtin e Volochinov explicam que, ao se lançar um olhar objetivo para a língua, não se encontra nela um sistema de normas imutáveis, mas, ao contrário, uma “evolução ininterrupta das normas da língua” (p. 90). A nós usuários da língua cria-se a falsa impressão de que quando escrevemos, falamos, a língua nada mais seja que um sistema imutável e incontestável de normas fixas. No entanto, o que ocorre é um processo contínuo de transformações lingüísticas, ainda que para seus usuários seja impossível registrá-las.



Bakhtin e Volochinov (1992) explicam que a consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua tal como de um sistema de formas normativas, uma vez que “tal sistema é uma mera abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem determinados” (p. 92). Nesse sentido, ressalta-se que, na realidade, o locutor irá utilizar a língua em situações concretas, em um contexto concreto. Em vez de residir na conformidade à norma utilizada, para o locutor, o centro de gravidade da língua está no novo significado produzido neste contexto. Ao locutor importa que a forma lingüística sirva para determinado contexto, tornando-a um signo adequado às condições deste contexto. Ou seja, a forma lingüística ganha importância para o locutor na medida em que se apresenta como signo variável e flexível, não como sinal estável e sempre igual a si mesmo.

Tal abordagem, expõe Stella (2005), quebra com a corrente tradicional que tratava a palavra como uma “forma abstrata”, sem qualquer vínculo com a realidade em que circula, tal qual um centro de onde emanam significações captadas pelo olhar/ouvido do observador.

Entende-se daí que, também na tarefa de descodificação, a forma lingüística não é simplesmente reconhecida, mas compreendida em um contexto concreto preciso, a significação se dá em uma enunciação particular. Se a forma lingüística só tem importância como um signo variável e flexível, faz-se necessário perceber o novo em vez do que está em conformidade à norma (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1992).

Por se tratarem de processos profundamente distintos, Bakhtin e Volochinov (1992) chamam a atenção para a diferença existente entre os processos de descodificação e o de identificação; enquanto o sinal é identificado, o signo é descodificado. Imutável, o sinal está distante do domínio da ideologia; reinando no universo dos objetos técnicos, não pode substituir, refletir ou refratar algo. A forma lingüística não tem qualquer valor para o receptor enquanto sinal. Os autores reforçam que a “sinalidade” pura é inexistente até mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Dessa forma, é a mobilidade específica que confere à forma lingüística o *status* de signo. Ou seja:

aquilo que constitui a descodificação da forma lingüística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo (p.94).

Por isso, a “sinalidade” e, conseqüentemente, a identificação não existem como constituintes da língua, na medida em que são substituídos pelo signo e pela descodificação. Bakhtin e Volochinov (1992) explicam que no processo de assimilação de uma língua estrangeira por parte dos aprendizes, observa-se a “sinalidade” e o reconhecimento. Isso só se dá, pois a “língua ainda não se tornou língua” (p.94), mas este



processo tão logo deixa de existir, na medida em que o sinal é apagado pelo signo e o reconhecimento pela compreensão.

A língua, enquanto prática viva, está ligada a consciência lingüística do locutor e do receptor como linguagem existente num conjunto de contextos possíveis. Em decorrência disso, a “palavra” nunca será empregada como um item dicionarizado, mas nas mais diferentes enunciações dos locutores, nas mais diversas enunciações de sua prática lingüística. Bakhtin e Volochinov (1992) explicam que a “palavra” sempre se dá em contextos de enunciações precisos, logo, em um contexto ideológico preciso e, em decorrência disso, a palavra sempre estará “carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”, pois “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc” (p.95).

Stella (2005) explica que esta concepção da “palavra” passa a ser empregada desde as primeiras décadas do século XX pelo Círculo de Bakhtin. Tal como a linguagem em geral, a “palavra” é tratada de uma forma completamente diferente da tradicional, pois leva em consideração “sua história, sua historicidade, ou seja, especialmente a linguagem em uso” (p.178), tornando-se “elemento concreto de feitura ideológica”.

Nas situações de enunciações concretas, o critério ideológico suplanta o critério de correção lingüística, ligando-se intimamente à palavra. Somente em procedimentos particulares, distantes das motivações da consciência do locutor, que a língua pode ser separada abstratamente do caráter ideológico e vivencial inerente à ela; os signos de linguagem acabam sendo suplantados pelos sinais.

É na enunciação que as “palavras” dirigem-se a outrem, externamente. Bakhtin e Volochinov (1992) elucidam que, mesmo monológicas, a enunciação é “elemento inalienável da comunicação verbal” (p. 98). Assim, toda enunciação, mesmo na imobilidade da escrita, é resposta a algo – construída como tal, uma vez que ela é um elo na “cadeia dos atos de fala”. Toda palavra, de uma forma ou de outra, reverbera as que a precederam, polemizando-as, antecipando-as, contando com as reações da compreensão. No processo de compreensão autêntico, afirmam os teóricos, comporta-se a resposta, a réplica ativa, pois a palavra está totalmente desvinculada da compreensão como ato passivo – como tratam os filólogos-lingüísticas. A enunciação isolada-fechada-monológica, distante do contexto lingüístico e real e, conseqüentemente, da resposta potencial ativa, é, tão e somente, possível na compreensão passiva do filólogo, por ser o ponto de origem e chegada da reflexão lingüística.



Ressaltando o trato com a “palavra” por Volochinov desde o texto “Discurso na vida e discurso na arte”, Stella (2005) explica que o autor sempre concebe a palavra como parte do processo de interação entre o falante e o interlocutor, relacionando-a à vida, à realidade. Imbuindo-a das entoações (valores conferidos e/ou agregados ao dito pelo locutor) dos falantes, são entendidas e compartilhadas pelo interlocutor. As palavras do locutor ganham vida com as entoações por ele conferidas e, conseqüentemente, acabam por dialogar, também, com os valores da sociedade; posicionando-se em relação a estes valores. O ouvinte, explica Bakhtin (2003) em “Estética da criação verbal”, ao compreender o significado lingüístico do discurso, ocupará uma posição responsiva, podendo concordar ou discordar, complementar, aplicar, preparar para usá-lo. Segundo o autor, tal atitude responsiva é formada ao decorrer de todo o processo de audição e compreensão, muitas vezes, a partir da primeira palavra do falante:

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bem diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subseqüente resposta em voz real alta. (BAKHTIN, 2003, p. 271)

No entanto, a resposta em voz alta ao enunciado pode não se dar logo o discurso proferido: a atitude responsiva pode se dar em uma ação imediata, pode ficar como compreensão responsiva silenciosa de efeito retardado. Bakhtin (2003) expõe que cedo ou tarde, o que é ouvido e entendido será respondido nos discursos subseqüentes ou, mesmo, no comportamento do interlocutor.

Sobremaneira, conforme Stella (2005), “a palavra dita, expressa, enunciada, constitui-se como produto ideológico, resultado de um processo de interação na realidade viva” (p.178). Neste processo de interação, o enunciado é delimitado pela alternância dos sujeitos do discurso (BAKHTIN, 2003). O enunciado tem um início, bem com um fim absoluto: antes, as palavras do outros e, depois do seu término, o enunciado responsivo de outro.

Assim, Bakhtin e Volochinov (1992), ao tratar das categorias da palavra estrangeira que serviram de base ao objetivismo abstrato, esboçam princípio em relação à “palavra”, à língua, à linguagem:

1. Há de se atentar para o “caráter mutável” das formas lingüísticas em vez do “normativo” e do “estável”: a compreensão que o indivíduo faz da palavra não está direcionada à identificação de elementos normativos do discurso e sim à nova qualidade contextual em que é empregada;



2. O “concreto” prevalece sobre o “abstrato”: quando observamos que toda palavra só é concretizada quando empregada em um contexto histórico real e que está ligada a toda uma evolução histórica concreta, reforça-se que a enunciação monológica isolada nada mais é do que uma abstração;
3. A “verdade histórica” sobre o “sistemático abstrato”: quando tratamos de uma língua que é viva, em constante evolução, torna-se contraditório falar em formalização e sistematização. Bakhtin e Volochinov (1992) ressaltam que “tratar a língua viva como se fosse algo acabado” é uma “atitude hostil em relação a todas as inovações lingüísticas” (p.104); ou seja, a língua carece de uma abordagem histórica e viva;
4. As formas do “conjunto” prevalecem sobre as dos “elementos”: a palavra sempre significa devido a uma “política externa” que ultrapassa os limites da enunciação em si. Assim, ressalta-se a relação e transição progressiva dos elementos que compõem a enunciação com o todo em que estão inseridos. Os teóricos explicam que é inevitável que os elementos constituintes de uma enunciação só serão compreendidos e percebidos quando relacionados às outras enunciações presentes no mesmo domínio ideológico;
5. A “dinâmica da fala” entra no lugar da “reificação” do elemento lingüístico isolado: não se pode negar ao sistema lingüístico o direito ao desenvolvimento histórico, assim como não existem as formas lingüísticas isoladas, pois se trata de observar a enunciação como um todo. Bakhtin e Volochinov (1992) criticam o estudo da histórica da língua quando está se dá por formas lingüísticas separadas (fonética, morfologia etc), pois desta forma se despreza o sistema como um todo e a enunciação como algo concreto;
6. A superioridade da “polissemia” e “plurivalência vivas” frente à “univocidade” da palavra: a palavra só ganha sentido quando relacionada ao seu contexto e, ainda, que haja “tantas significações possíveis quantos contextos possíveis” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1992, p 106) – a pluralidade de significações, ela não deixa de ser “una”. Assim, ao extrair os contextos possíveis de determinada palavra, o filólogo-lingüista está se adequando à “norma”; o resultado será uma determinação descontextualizada que encerrará a palavra em um dicionário. Quanto mais se ressalta este processo de compreender a palavra como espelho da realidade, mais se congela sua significação. Ao contrário do que acreditam os estudiosos do objetivismo abstrato, os contextos possíveis de uma mesma palavra não estão num mesmo e único plano, mas estão frequentemente opostos, interagindo e conflitando tensa e ininterruptamente entre si. Ressalta-se, também, a importância dos acentos



avaliativos nos contextos em que as palavras são empregadas, pois são a substância que dão “vida à palavra” (p.107);

7. A linguagem não é, nunca foi e nem será um “produto acabado”, transmitido de geração em geração, mas deve ser vista como um processo sempre em construção, transformação: acreditar que a língua é um produto acabado tal qual um objeto, passível de ser repassada como uma herança, é tratá-la como “morta” e “estrangeira”, distante do fluxo da comunicação verbal, não como “viva”. A língua acompanha o fluxo da comunicação verbal, durando e perdurando como um processo evolutivo contínuo. “Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usadas; eles penetram na corrente da comunicação verbal” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1992, p. 108);
8. A compreensão do processo “gerativo interno” da língua: é crível na comunicação verbal a possibilidade da consciência do locutor com a evolução histórica, pois, assim, pode-se falar em necessidade, liberdade e responsabilidade lingüística. É de ordem mecanicista a necessidade do domínio da língua – esse processo abstracionista só é possível na dimensão teórica e prática em decifrar e ensinar uma língua morta –, afinal, “a língua é um fenômeno puramente histórico” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1992, p 109);

Frente à essas características, trata-se compreender a enunciação, o ato de fala ou ato de linguagem, como de “natureza social”, nem como produto individual, nem como fruto da consciência individual do sujeito falante. Bakhtin e Volochinov (1992) definem a “enunciação” como “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (p.112) em que, na falta de um dos interlocutores, pode ser substituído pelo “representante médio” do grupo social em que está inserido o locutor.

A partir desta definição, então, pode-se afirmar que toda palavra é dirigida a outrem, ou seja, tem um “interlocutor”, sendo esta sua condição *sui generis*: ser orientada em função do “outro”. Em decorrência disso, a palavra nunca será a mesma se considerarmos que os interlocutores podem pertencer (ou não) a um mesmo grupo social, ocupar lugares diferentes (superior ou inferior) na hierarquia social, deter laços sociais mais ou menos próximos. Dessa forma, observa-se que a “palavra” possui “duas faces”: ela sempre procede *de* alguém e se dirige *para* alguém: “ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1992, p. 113).

Bakhtin e Volochinov (1992) explicam que é por meio da palavra que me defino em relação ao outro, assim como à coletividade. Daí decorre a famosa metáfora empregada pelos teóricos, em que a “palavra” serve como uma ponte lançada entre *mim* e o *outro*,



recaindo sobre as extremidades de cada um destes o suporte, o apoio de tal ponte. A palavra, segundo os autores, torna-se uma “arena em miniatura” na qual valores sociais de diferentes orientações ideológicas se entrecruzam, lutam.

Em decorrência dessa relação intrínseca entre locutor e interlocutor no território que é a palavra, há de ressaltar as noções de “horizonte social” e “auditório social”. O primeiro está definido e estabelecido, sendo responsável pela criação ideológica de determinado grupo social, bem como da época em que se encontra. Já o “auditório social” está ligado ao universo interior e reflexivo de cada indivíduo – onde se encontra bem estabelecido – em que são elaboradas deduções, motivações, apreciações. Assim, quanto mais “aculturado” for o indivíduo, afirmam Bakhtin e Volochinov (1992), mais seu “auditório social” se aproximará do “auditório médio” da criação ideológica. Baseados nesses conceitos de “horizonte social” e “auditório social”, os autores expõem que “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (p.113). A palavra é, então, “socialmente dirigida”, determinada, primeiramente, pelo contexto imediato e pelos participantes do ato de fala. Tais participantes, juntamente com a situação, serão os responsáveis pela “forma” e “estilo” da enunciação.

As formas como as “palavras” são ditas, como o discurso é organizado (assim como a organização da enunciação) se dão em virtude do que é exterior – no meio social em que o indivíduo se encontra; contrariamente ao que propunha o subjetivismo individualista, que afirmava que este centro organizado estava no interior de cada indivíduo. Isto porque a enunciação nada mais é que produto da “interação social”, seja determinada pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo: o conteúdo, a significação, a produção de sentidos pelas/nas palavras são organizados pelas condições exteriores ao indivíduo, no meio social.

Beth Brait (2003) em “O Discurso sob o olhar de Bakhtin” resalta a importância da definição de “enunciação” como produto da interação social, uma vez que tal distinção do conceito de interação bakhtiniano não é coincidente com demais concepções interacionistas que apontam a situação como o eixo central de produção e compreensão de sentidos. Segundo a autora, ao tratar do “contexto mais amplo”, Bakhtin acaba apontando para a participação do interdiscurso, da história e da memória que, mesmo não explícitos em toda situação, participam ativamente na produção de sentidos.

Frente à natureza social da enunciação, torna-se impossível separar a palavra do seu conteúdo ideológico. Bakhtin e Volochinov (1992) afirmam que toda palavra é ideológica e, conseqüentemente, a utilização da língua está ligada a evolução ideológica. A língua não pode ser constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas – tornando-se



incoerente falar da enunciação monológica isolada –, mas é produto da “interação verbal”, materializada na enunciação. “A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1992, p.123). Stella (2005) expõe que a palavra é produto ideológico vivo capaz de funcionar em qualquer situação social, sendo que se torna “signo ideológico” justamente por acumular as entoações decorrentes dos diálogos vivos entre interlocutores e dos valores sociais. Como resultado deste processo, explica o autor, a “palavra” concentra em si as modificações ocorridas na base da sociedade e, simultaneamente, é capaz de pressionar por mudanças nas estruturas sociais estabelecidas.

O caráter ideológico da palavra, bem como sua natureza social, levam Bakhtin e Volochinov (1992) a ressaltar outro ponto fundamental da enunciação: por mais completa que seja, a enunciação é apenas uma fração de uma comunicação verbal ininterrupta. O discurso (palavra) está embrenhado de discursos que o antecederam – seja para confirmar, refutar, antecipar respostas – e determinará, por assim dizer, discursos futuros. Em decorrência disso, explica Bakhtin (2003), a “palavra” não tem autor: “ela é *de ninguém*” (p.289).

Bakhtin (2003) elucida que as palavras são propagadas pelos gêneros do discurso, no projeto discursivo construído pelo sujeito. Tal projeto está amparado em esgotar o objeto de sentido, ou seja, dizer tudo o que se há para dizer, levando em consideração os interlocutores e o contexto específico em que a enunciação se dá. Tratando deste processo, Stella (2005) explica que as palavras a serem utilizadas para constituir o projeto discursivo detêm em si traços que permitem sua utilização, considerando determinado gênero e situação concreta. Dessa forma, observa-se que as palavras possíveis de serem escolhidas em determinado contexto só o são, pois já foram utilizadas por outros locutores em situações similares, conforme expõe Bakhtin (2003): “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (p.282).

Ressalta-se o caráter dinâmico do gênero ao funcionar tanto às condições imediatas de enunciação como por deter uma historicidade capaz de evoluir e se adaptar à novas e diferentes condições de utilização. Brait (2003) explana que a participação de todo enunciado em um gênero não se dá de forma “pura e simplesmente determinista” (p.25). Na enunciação, o locutor se expressa por determinado gênero, mas o seu “discurso” será uma resposta aos que o antecederam e suscitará respostas futuras. Como forma de exemplificação, a autora fala sobre Homero que, ao iniciar no Ocidente uma tradição genérica sobre a sua “Odisséia”, acaba por recuperar gêneros orais tradicionais que o



antecederam. No entanto, Homero é que dará o “tom” e uma nova dimensão, tornando-se responsável por isso no sentido bakhtiniano. Dessa forma, todo discurso é constituído de um confronto entre as estabilidades e as instabilidades, fazendo de cada enunciado algo único.

Em torno dessa concepção da “palavra” por Bakhtin e seu Círculo, Stella (2005) aponta as quatro propriedades que a definem: pureza semiótica, possibilidade de interiorização, participação em todo ato consciente e neutralidade.

A “pureza semiótica” está relacionada à capacidade da palavra funcionar e circular como signo ideológico em qualquer esfera. Pela palavra deter traços “mais ou menos estáveis de significação”, torna-se capaz de ser empregada em diferentes contextos, em situações variadas quase infinitas (STELLA, 2005, p. 186). Ao tratar da “interiorização”, aborda-se o processo no qual a palavra é o único meio relacional entre o discurso interior do sujeito, sua consciência, e o mundo exterior – ambos constituídos por palavras. O sujeito, ao compreender o mundo, confronta as palavras de sua consciência (internamente ideológico) com as que circulam em sua realidade (externamente ideológico) e, neste processo de interiorização da palavra, surge uma palavra nova como resultado da interpretação desse confronto. Esta propriedade, então, trata do confronto entre o signo que circula internamente e as possibilidades de sentido decorrentes dos valores entoadas externamente pelo locutor.

Quanto à “participação em todo ato consciente”, ressalta-se a possibilidade da palavra funcionar, como dito anteriormente, tanto na consciência do sujeito (processo interno) pelos processos de compreensão e interpretação do mundo, como nos processos exteriores, nas mais diversas esferas ideológicas, nos quais a palavra circula. Stella (2005) ressalta, no entanto, que não há uma identidade perfeito entre estes dois momentos de circulação. O signo interno presente na consciência individual do sujeito, produto da interação das experiências socioideológicas do mesmo e o mundo exterior, é diferente do signo original. Assim como o signo externo que circula nas mais diversas esferas ideológicas não é similar ao que circula internamente na consciência do sujeito.

Desembocamos, então, na quarta propriedade, a “neutralidade” que trata a palavra como “neutra em relação a qualquer função ideológica”, ou seja, assumindo diferentes funções ideológicas em decorrência de como é empregada em um enunciado concreto (STELLA, 2005, p.179). O autor explica que é compreender a palavra como “signo neutro”, mas não que seja desprovida de “carga ideológica” e sim que, como signo, está dentro de um conjunto de virtualidades ofertadas pela língua, recebendo carga significativa em cada momento de seu uso. Segundo Bakhtin (2003), pensar que a palavra isolada tem por si mesma “um tom emocional”, uma entonação inerente à ela enquanto palavra é uma “aberração”, pois a palavra não tem significado em si mesma, mas face ao conjunto do



enunciado: “o significado neutro da palavra referida a uma determinada realidade concreta em determinadas condições reais de comunicação discursiva gera a centelha da expressão” (p.292). O autor elucida que quando construímos nosso discurso, temos previamente o todo da nossa enunciação tanto na forma esquemática de um gênero como no projeto individual do sujeito do discurso:

Não enfiamos as palavras, não vamos de uma palavra a outra mas é como se completássemos com as devidas palavras a totalidade. Enfiamos as palavras apenas na primeira fase do estudo de uma língua estrangeira e ainda assim apenas quanto usamos uma orientação metodológica precária. (BAKHTIN, 2003, p.291-292).

Os significados lexicográficos neutros da palavra, explica Bakhtin (2003), asseguram sua identidade e compreensão por todos os falantes. Contudo, o emprego da palavra na comunicação discursiva é individual e contextual e, por isso, a palavra existe em três aspectos para o falante: palavra da língua neutra, não pertencente a ninguém; palavra “alheia” do outro, que comporta “ecos” de outros enunciados; “minha” palavra, operada pelo falante numa situação determinada, com intenção discursiva determinada e, portanto, compenetrada da expressão dele. Bakhtin (2003) esclarece que as palavras “alheias” e “minhas” são expressivas, mas tal expressividade não é inerente à própria palavra, e sim adquirida no contato da palavra com a realidade concreta, em dadas condições de uma situação real, por meio do contato operado pelo enunciado individual. A palavra age como expressão de uma posição valorativa do falante individual, uma abreviatura do enunciado.

Levantadas as observações sobre as propriedades definidoras da palavra apresentadas por Bakhtin (2003) e Stella (2005), este artigo encerra o seu breve percurso, no qual procurou mobilizar algumas questões inerentes ao trato da “palavra” em Bakhtin, a fim de conferir uma relativa conclusibilidade ao tema proposto, mesmo sabendo que o “objeto é objetivamente inexaurível” (BAKHTIN, 2003, p. 281), ou seja, que a exauribilidade plena do tema é uma tarefa que perpassa este artigo. Como mais um “elo” na “cadeia dos atos de fala”, o presente trabalho retoma e procura, com seu intuito acadêmico, suscitar (re)discussões de palavras “alheias”, “minhas”, “nossas”.

Referências

BRAIT, Beth. O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (Org). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



_____; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

STELLA, Paulo Rogério. Palavra. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p.177-190.